

**ATA**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram as Vereadoras Adelina Paula Mendes Pinto e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Presidente da Câmara informou que estavam presentes dois estudantes vimaranenses, distinguidos na 34ª edição das Olimpíadas Portuguesas de Matemática, cuja final se realizou em Oeiras, **Inês Ferreira Guimarães**, residente em Fermentões, aluna no Externato Delfim Ferreira, e **Ricardo Pereira**, residente em Nespereira, aluno da Cooperativa Didáxis, ambos a frequentar o 12º ano. O Presidente da Câmara deu a palavra aos dois alunos que explicaram à Câmara os respetivos percursos que os levaram a sair vencedores do concurso em que participaram. -----

O Presidente da Câmara agradeceu a presença destes alunos, dizendo que os seus exemplos constituíam uma referência para todos os jovens, oferecendo-lhes uma recordação simbólica. O Presidente da Câmara congratulou-se com o desempenho dos dois

jovens, estendendo o seu agradecimento às suas famílias e professores que os têm acompanhado. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1 – Vereador André Coelho Lima – Interveio sobre a utilização de herbicidas à base de glifosato, fazendo o histórico do processo em torno das dúvidas que persistem quanto à utilização daquele componente químico. Assim, recordou uma iniciativa da QUERCUS lançada em março de 2014 contra o uso de herbicidas em espaços públicos, a que se juntou a Plataforma Transgénicos Fora, e que pretendia desenvolver ações para a redução do uso de pesticidas, onde se incluem os herbicidas, em especial à base de glifosato. Continuou, referindo que, para o lançamento desta campanha, foi endereçada uma carta a todas as presidências de câmaras municipais alertando para os riscos ambientais e de saúde inerentes à aplicação de herbicidas em espaços públicos. Acrescentou que em anexo à referida carta foi remetido um documento com as linhas orientadoras relativamente a esta matéria onde se dizia que, segundo aquelas entidades, há uma preocupação crescente sobre o efeito de herbicidas à base de glifosato, dado que esta substância tem sido apontada como responsável por malformações congénitas, alterações significativas da progressão da puberdade e efeitos carcinogénicos e tóxicos em vários tipos de células humanas. Disse, ainda, que, na mesma comunicação, era enviado o manifesto “Autarquia sem Glifosato” para ser subscrito pelas referidas entidades. Continuou, dizendo que num outro comunicado, em outubro de 2014, foram divulgadas as primeiras autarquias subscritoras, onde se incluíam os Municípios do Porto, Braga, Vila Real, Lousada, a que se juntaram, em 2015, Castelo de Paiva e S. Vicente. De seguida, referiu que em 2015, um relatório da Agência Internacional para a



Investigação do Cancro, que faz parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), concluiu que o glifosato é "carcinogénico provável para o ser humano". Prosseguiu, referindo que, recentemente, um comité de peritos da Comissão Europeia não conseguiu chegar a um consenso para votar a favor ou contra o prolongamento da autorização de venda do herbicida no espaço comunitário e que se nenhuma decisão for tomada até ao final de junho, o glifosato sairá do mercado europeu. Por último, disse que o Município de Guimarães não subscreveu o manifesto "Autarquia sem Glifosato" mas elaborou, em 2015, o Plano Estratégico "Guimarães sem Glifosato" para inviabilizar o uso de herbicidas até final do presente ano. Contudo, disse saber-se que o glifosato é utilizado em Guimarães como herbicida pós emergência, sistémico e não seletivo em áreas agrícolas e não urbanas. Por tal, disse ser importante saber que herbicidas em concreto estão a ser utilizados pela Câmara Municipal bem como acompanhar esta situação que disse dever merecer a maior das cautelas. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Pediu informação sobre a alegada existência de bactérias resistentes a antibióticos encontradas no rio Ave; **b)** – Referiu uma reunião organizada pela União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, onde estiveram presentes cerca de 70 moradores do Centro Histórico para debater a questão relativa ao projeto "PAYT". Manifestou a sua preocupação perante a dificuldade sentida por muitos moradores do Centro Histórico de se adaptarem ao novo sistema de recolha de lixo, considerando que este processo ainda não foi devidamente compreendido e assimilado. Disse que a conclusão que se tira é a de que há pouco esclarecimento e que as pessoas têm muitas dúvidas sobre a eficácia do sistema em termos financeiros, designadamente quanto ao valor da tarifa a pagar,

pelo que solicitou esclarecimentos. -----

3 – Vereador Amadeu Portilha – a) - Começou por referir que o atraso com que chegou à reunião se deveu à circunstância de ter estado na abertura oficial do World Challenge Day no Centro Cultural Vila Flor, iniciativa promovida pela Câmara Municipal e pela Tafisa - The Association for International Sport for All - a decorrer em 48 países e que convida os cidadãos a praticar desporto no espaço público no dia de hoje. Disse ter sido construído um logótipo humano com cerca de 800 alunos de escolas do 1º ciclo de Guimarães, o que considera ser um excelente pontapé de partida para um dia que promete ser muito intenso e com muita atividade física em Guimarães; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, disse que a questão do glifosato é discutida há muitos anos e sem consensos. Declarou que os estudos existentes são contraditórios, acrescentando que o glifosato era utilizado há mais de 20 anos pelos municípios portugueses. Disse, ainda, ser um problema complexo e controverso ao ponto de na semana passada ter sido chumbado na Assembleia da República, pelo PSD, CDS e PCP o projeto de lei do BE contra o uso do herbicida à base de glifosato. Referiu que em Guimarães defende há muito que a utilização de produtos fitofarmacêuticos deve ser reduzida ao mínimo possível, embora se reconheça que as soluções alternativas ou são muito caras ou não agradam pois queimam a planta dando um mau aspeto à cidade. Acrescentou que no âmbito da preparação da candidatura a Capital Verde Europeia um dos itens do plano de ação no âmbito da natureza e da biodiversidade é a criação de uma estratégia municipal para eliminação do glifosato em Guimarães. Assim, informou que no presente ano já não está a ser utilizado na cidade herbicida à base de glifosato por forma a alcançar o objetivo



referenciado, utilizando-se atualmente práticas mais amigas do ambiente. Por último, informou estar a ser feita uma campanha de sensibilização para que as freguesias abandonem progressivamente o herbicida à base de glifosato; **c)** - Sobre a sessão pública de esclarecimento realizada acerca do PAYT, admitiu a existência de dificuldades de adaptação das pessoas ao sistema nesta fase inicial, acrescentando que este é um projeto-piloto, revolucionário e que irá demorar o seu tempo a ser implementado. Disse concordar que há moradores que precisam de ser mais informados, mas considera que, aos poucos, as pessoas irão compreender que é benéfico e mais barato que o sistema tradicional. Esclareceu que existem cinco recolhas por dia, indicando que a Autarquia está a desenvolver esforços para que seja disponibilizado também um saco de 15 litros que custará 0,175 euros, dado que atualmente estão a ser disponibilizados sacos de 30 litros. Por último, disse que continuará a sensibilizar os moradores para a utilização do PAYT que considera ser um sistema justo e que beneficia quem o integra. -----

4 - Presidente da Câmara – Sobre a alegada existência de uma bactéria no Rio Ave, recordou que na última reunião de Câmara foi apresentada uma informação da VIMÁGUA sobre o assunto. A propósito sublinhou a importância do grupo de trabalho criado pela Câmara Municipal que despertou o interesse da população e das entidades fiscalizadoras no combate à poluição no rio Ave. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

1 – Disse ter estado, juntamente com o Presidente da Assembleia Municipal e a Vereadora Adelina Paula Pinto, em Compiègne (França) no âmbito das comemorações da primeira década de geminação entre as duas cidades tendo sido celebrado um acordo

estabelecendo intercâmbios no âmbito de projetos relacionados com a candidatura a Capital Verde Europeia 2020. Informou que entre as propostas, está a criação do "Jardim de Compiègne", replicando em Guimarães espécies de origem francesa compatíveis com a biodiversidade vimaranense. -----

2 – Disse ter recebido um ofício da Presidente da Comissão Nacional da UNESCO dando conhecimento que a candidatura da zona de Couros a Património Cultural da Humanidade foi inscrita na lista indicativa de Portugal a Património Mundial. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 18 de maio de 2016, que concordou com a aquisição, a Maria Inês Salgado de Abreu e Maria Arminda Salgado de Abreu, de uma parcela de terreno com a área de 24 m², necessária ao restabelecimento da antiga EN 310 à Variante de Creixomil, pelo valor de €165,00, destinando-se a ser integrada no domínio público municipal. -----

2. Do Relatório da Certificação Legal das Contas Consolidadas, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA – COSTA – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO –

Presente a seguinte informação: "**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Academia de Ginástica Desportiva - Costa,



submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €3.884.348,26 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.38 do Plano Plurianual de Investimentos de 2016. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €3.884.348,26 + IVA; Fixação de um prazo máximo de vigência do contrato a celebrar de 270 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DA VIA INTERMUNICIPAL – VIM (5.950KM - 11.650KM) – CONTA FINAL

– Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final da empreitada designada em epígrafe, adjudicada à empresa “M. Couto Alves, S.A”, bem como o auto final, nos valores, respetivamente, de €2.247.694,20 + IVA e de €60.533,79 +IVA. A referida conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de 23.12.2014 a requalificação da VIM veio a votação neste executivo. Votamos então favoravelmente, com os argumentos que fizemos constar de declaração de voto então junta, e que reproduzimos na íntegra: “*A questão da Via Intermunicipal (designada abreviadamente como “VIM”), tem infelizmente ocupado a última década da política vimaranense. Tendo sempre, invariavelmente, a oposição do lado da reivindicação da urgência de uma intervenção naquela importante via que atravessa 4 concelhos, e o poder socialista teimosamente a atirar com argumentos vários e diversos para justificar a sua recusa em intervir naquela via. No entanto, a verdade é que nos últimos 5 anos a VIM ceifou 12 vidas. Os vereadores do PSD sempre se colocaram ao lado daqueles que reivindicavam a urgência desta intervenção. Com intervenções políticas, com moções, com requerimentos e mesmo com o agendamento de pontos para a ordem de trabalhos das reuniões de Câmara. Sempre reprovadas com os votos contra dos vereadores*”



*do PS. Até na Assembleia Municipal, onde participaram neste voto contra alguns autarcas, como os representantes das freguesias de Lordelo e Guardizela, em duas ocasiões. Numa altura em que a Câmara de Guimarães decide fazer finalmente aquele que é o seu dever, não podemos deixar de registar as iniciativas políticas que estes vereadores e os que lhes antecederam tiveram sobre esta matéria. Reportando-nos apenas a um passado recente para que não seja fastidioso: **26.06.2012** – moção apresentada na Assembleia Municipal (anexo) - reprovada com os votos contra de todos os deputados do Partido Socialista, onde se incluíam os representantes das freguesias de Lordelo e Guardizela; **06.09.2012** – intervenção do vereador André Coelho Lima em reunião de Câmara Municipal (anexo); **04.10.2012** – proposta agendada para reunião de Câmara de Guimarães com o título "Intervenção urgente na Via Intermunicipal, mediante colocação de balizas refletoras, no troço que percorre território pertencente ao concelho de Guimarães" - reprovada com os votos contra de todos os vereadores do Partido Socialista; **29.10.2012** – conferência de imprensa do PSD em plena VIM; **14.03.2013** – moção apresentada na Assembleia Municipal (anexo) - reprovada com os votos contra de todos os deputados do Partido Socialista, onde se incluíam os representantes das freguesias de Lordelo e Guardizela.*

** Todos os anexos bem como parte da sua repercussão noticiosa fazem parte integrante desta declaração de voto. Aquilo de que hoje se trata é, afinal, de pelos vistos ser possível o que até aqui era impossível. Era impossível porque custava €30 milhões segundo dizia o Presidente de Câmara António Magalhães. Era impossível porque a via pertencia à AMAVE. Era impossível porque não sendo a intervenção assegurada pela AMAVE deveria sê-lo pelas Estradas de Portugal. E a verdade é que o tempo passava, os*

acidentes iam acontecendo e todas essas impossibilidades impediam que algo se fizesse. Foi precisamente isso que motivou a proposta que os vereadores do PSD apresentaram em 04.10.2012. Uma proposta minimalista, mas que procurava ir de encontro à alegada pouca disponibilidade financeira da autarquia. Como que num passo de magia tudo o que era impossível é agora possível. Por isso se impõe a pergunta: se afinal era possível, como sempre afirmamos, porque demorou tanto tempo? Tendo naturalmente que se lamentar que tenha demorado tanto tempo e tanta teimosia política para que o poder executivo decidisse fazer enfim a intervenção que há tanto se reclamava e que há tanto tempo era urgente. Não podemos deixar de concluir sem uma mensagem de enorme satisfação por ver esta obra finalmente ser uma realidade. Por se fazer finalmente justiça à população de Serzedelo, Guardizela e Lordelo. Por se tomar finalmente, após tantos anos de reivindicação, uma decisão que visa solucionar aquele que é manifestamente o maior perigo rodoviário do concelho de Guimarães". Esta posição, que enformou o nosso voto favorável à requalificação da VIM, deve agora ser vista numa diferente perspetiva. Porque então nos debruçávamos sobre uma proposta de requalificação em abstrato. E agora pronunciamo-nos sobre uma proposta de requalificação em concreto. A requalificação da VIM é, sem dúvida alguma positiva. A predisposição do poder socialista para a levar a cabo, após quase uma década de negação da sua responsabilidade de intervenção, é igualmente positiva. Mas há duas circunstâncias que não podem ser escamoteadas e que impedem que aproveamos a conta final, tal como fizemos então, com a proposta de requalificação da VIM. E que descrevemos de modo sumário: 1) Trata-se de um projeto de intervenção que ignora as dinâmicas da população, faz cortes que obrigam à



separação de populações, não cuida das necessidades de atravessamento, ignora a segurança na dimensão de auxílio urgente à via em caso de acidente e que sobretudo não é justo e equitativo porque não permite atravessamentos em alguns locais, alegando razões de segurança, permitindo-os noutros bem mais perigosos para automobilistas e peões. Exemplos disto mesmo são as situações no troço que atravessa a freguesia de Serzedelo, designadamente na ligação entre a Rua João da Costa Abreu e Rua Eça de Queirós e na saída das empresas Têxtil de Serzedelo e Transportes Vale do Ave que obriga o trânsito de pesados a ter que atravessar o centro da vila de Serzedelo para se dirigir à auto-estrada, e ainda na freguesia de Lordelo, no corte da Rua de Enxudres que impede a ligação à zona do Alto; 2) As situações acima descritas são uma demonstração acabada de falta de competência política pois elas apenas são possíveis por não terem sido ouvidos e envolvidos atempadamente os autarcas eleitos para representar cada uma das populações que são atravessadas pela VIM. O que é absolutamente inadmissível do ponto de vista do respeito institucional que é devido aos representantes eleitos pela população, como sobretudo é totalmente imprudente na gestão do dinheiro público porque o que se exige de quem faça, competentemente, uma intervenção desta natureza, é que tudo faça para que o projeto possa prever e adaptar-se a todas as dinâmicas locais sem pôr em causa o objetivo de segurança que presidiu a toda a intervenção. Um projeto desta dimensão não pode ser surpreendido com situações não prevista na sua fase de preparação e projeto. A suceder, como tem sucedido manifestamente, é uma demonstração inequívoca de falta de competência na gestão dos nossos recursos. A maior demonstração disto mesmo é que, apesar da exigência pública por esta

intervenção na VIM, têm-se sucedido as manifestações da população, em Serzedelo e em Lordelo, precisamente por não conseguirem compreender algumas das soluções apresentadas. E a maior prova disto mesmo é o compromisso que o Presidente de Câmara assumiu já em Lordelo de que realizaria a intervenção reivindicada pela população. Ora, se está o Presidente de Câmara disponível a intervir na VIM ainda antes de estar concluída uma requalificação de 3,5 milhões de euros, algo não esteve bem na programação da obra, no respeito pelos presidentes de junta e na boa gestão do dinheiro público. Assim, apesar da gravidade dos factos vindos de relatar, a nossa posição política não poderia nunca ser contra precisamente porque se trata de uma obra pela qual batalhamos há já muitos anos e que era uma necessidade imperiosa destas populações. Mas não podemos igualmente aprová-la porque temos que exercer censura sobre estes factos, reveladores de falta de programação, ausência de planeamento, no fundo má gestão do dinheiro público se ainda antes de uma obra estar concluída e inaugurada se ponderam já intervenções com vista a suprir deficiências de planificação. Razão pela qual optamos pela **abstenção**.”. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, para



a Reabilitação da zona envolvente à igreja de Briteiros Sta. Leocádia e Pavimentação das ruas da Calçada e do Armil, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €26.555,50. A Presidente da Junta da Freguesia informou ter havido um lapso na identificação de uma das ruas, isto é, pretende pavimentar a rua de Ventuzela, e não a rua do Armil, solicitando a respetiva alteração e ainda a alteração do prazo do Protocolo, uma vez que não foi possível concluir as obras até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 28 de julho de 2015, alterando-se a 1ª e 7ª cláusulas, nomeadamente: "...para execução da obra de Reabilitação da zona envolvente à igreja de Briteiros Sta. Leocádia e Pavimentação das ruas da Calçada e de Ventuzela." e "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2016", bem como a transferência da correspondente verba para 2016, ou seja, €26.555,50."

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GONDAR - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Gondar, na qualidade de entidade gestora e administradora do cemitério da freguesia de Gondar, e tendo em conta as preocupações relativas à manifesta necessidade de alargamento do cemitério da freguesia, concluiu as obras de requalificação e ampliação do mesmo. A Câmara Municipal colaborou no processo de aquisição do respetivo terreno, participou nos custos referentes à aquisição do terreno, de elaboração do projeto de execução, no âmbito do

protocolo celebrado em 2014, no valor de €17.284,19, tendo ainda, no ano de 2015, atribuído um subsídio no valor de €97.284,19 para comparticipar nas despesas com as respetivas obras. O Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos entretanto executados, tendo elaborado a quantificação em anexo, no valor total de €146.190,76. Assim, tendo em conta a imprescindibilidade desta intervenção naquele equipamento público, bem como o valor total do investimento, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Gondar, mediante a atribuição de um novo subsídio no valor de €48.000,00 destinado a financiar a execução da obra de requalificação e ampliação do cemitério, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE GUARDIZELA - PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SUB-ESTRADAS, DA RUA DE SOUTINHO E RUA MONTE DE BAIXO – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de pavimentação da rua de Sub-Estradas, rua de Soutinho e rua do Monte de Baixo. Para o efeito, apresentou três orçamentos no Departamento de Obras Municipais, sendo que o de valor mais baixo é de €86.456,43, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Guardizela de uma verba no



valor de €91.643,82, destinada à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE POLVOREIRA – TRABALHOS A EXECUTAR NA RUA DA HERDADE, RUA DO AREAL, RUA DE S. PEDRO, RUA DO PINHAL, RUA RIBEIRO DA PONTE E RUA DA MALHADOURA – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de pavimentação e drenagem das águas pluviais em várias ruas, nomeadamente: rua da Herdade, rua do Areal, rua de S. Pedro, rua do Pinhal, rua Ribeiro da Ponte e rua da Malhadoura. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €22.122,93, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Polvoreira de uma verba no valor de €27.211,20, destinada à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – SEGUNDO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, para a execução de obras no edifício da sede da junta de freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.555,50. Em 2015, a Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível iniciar as obras acima mencionados, tendo sido celebrado o primeiro aditamento ao Contrato de Atribuição de Subsídio no dia 24 de abril de 2015, sendo que vem agora solicitar uma segunda alteração ao Contrato, uma vez que não foi possível concluir as obras no ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 05 de setembro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2016, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2016, bem como a transferência da correspondente verba para 2016.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR À CASA DO POVO DE SERZEDELO

– Presente a seguinte informação: “A Casa do Povo de Serzedelo, com sede na rua Padre Manuel Dias Silva



Salgado nº 17, freguesia de Serzedelo, vem solicitar a cedência de mobiliário escolar em desuso para o apetrechamento das suas instalações. De acordo com informação da Divisão de Educação, existem diversos equipamentos recolhidos das escolas de 1º ciclo desativadas que, embora se encontrem em razoável estado de conservação, não respondem atualmente às necessidades dos estabelecimentos de ensino, pelo que poderão ser disponibilizados 10 mesas duplas, um armário fechado em madeira e 2 balcões de computador. Desta forma, submete-se à consideração superior a doação, à referida entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de aceitação, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€265,00**. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10 mesas duplas de sala de aula	€15,00	€150,00
1 armário fechado em madeira ref.Ma02	€35,00	€35,00
2 balcões de computador	€40,00	€80,00
Total		€ 265,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO MUNICÍPIO – PROJETO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EB1/JI CHARNECA –

Presente a seguinte informação: “A Associação de Pais e Amigos da Escola do 1º Ciclo de Caldas das Taipas – Charneca pretende oferecer um projetor multimédia EPSON EB-X31 (XGA), e respetivo suporte, ao Município de Guimarães, para uso exclusivo da EB1/JI da Charneca, da freguesia de Caldelas. O equipamento foi adquirido em 05.04.2016 pela própria Associação e teve um custo total de €767,50, conforme fatura que se anexa. Desta forma, e sendo aquele equipamento útil às atividades lúdico-pedagógicas do

referido estabelecimento escolar, deverá ser submetida a deliberação camarária a aceitação da doação, a favor do Município, do projetor multimédia EPSON EB-X31 (XGA), e respetivo suporte, com o valor atribuído de € 767,50, ao abrigo do disposto na alínea j), n.º 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, passando assim o equipamento a constar do inventário municipal.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação

da Assembleia Municipal datada de 23 de abril de 2016, foi aprovada a alteração do mapa de pessoal do Município de Guimarães, no sentido de passar a prever 10 postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, no âmbito do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, para acorrer a necessidades temporárias na atividade de recolha de resíduos. Conforme se referia na informação que sustentou aquela deliberação, está a ser elaborado um estudo no sentido de se proceder à otimização de rotas e da sua frequência, do qual resultará, designadamente, o número definitivo de recursos humanos necessário para a realização dos circuitos que se venham a definir após esse processo de otimização. Até que essas conclusões estejam disponíveis, torna-se necessário, para assegurar a prestação deste serviço público essencial, reforçar de imediato a equipa de recolha de resíduos com mais 10 assistentes operacionais, com carácter não permanente, ou seja, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo. Submete-se, assim, à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/209, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º e na al. f) do n.º 1 do artigo 57.º, ambos



da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, por um ano, de dez assistentes operacionais, para a atividade de recolha e remoção de resíduos urbanos, lavagem das vias, remoção de lixeiras e limpeza de sarjetas. Informa-se, para o efeito, que se mostram cumpridas as regras de que o artigo 32.º da Lei n.º Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março faz depender o recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, designadamente em matéria de regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais. Dadas as previstas dificuldades de recrutamento, para os postos de trabalho indicados, de trabalhadores detentores de vínculo por tempo indeterminado, o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração, consagrado no artigo 6.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade, permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e no orçamento para o ano 2016, tendo sido objeto de cabimento orçamental (cabimento n.º 2624/2016)."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DIRIGENTE E DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DE JÚRI

– Presente a seguinte proposta: "A estrutura orgânica dos serviços do Município contempla, integrado na Divisão de Ação Social, um cargo de Direção Intermédia de 3º grau, para

assegurar a coordenação e chefia da Unidade de Apoio e Benefícios Sociais. A coordenação desta Unidade de Apoio tem vindo a ser assegurada em regime de substituição, sendo necessário, contudo, garanti-la de modo mais permanente e contínuo, sob pena de ficarem comprometidas a gestão e coordenação dos serviços. Assim propõe-se, ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura de procedimento concursal para preenchimento do cargo de dirigente intermédio de 3º grau para a Unidade de Apoio e Benefícios Sociais. Mais se propõe, ao abrigo do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de constituição do júri daquele concurso: Presidente: Adelina Paula Mendes Pinto - Vereadora dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guimarães; Vogais efetivos: Antero Silva Oliveira - Empresário e Consultor e Jorge Nascimento Pereira Silva - Professor Universitário, Consultor e Formador; Vogais suplentes: Amadeu Artur Matos Portilha - Vice - Presidente da Câmara Municipal de Guimarães e Paula Cristina Santos Oliveira - Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR VOTAR, NO SEU CONJUNTO, A DESIGNAÇÃO DAS PERSONALIDADES PARA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DO JÚRI. -----**

ENTIDADES PARTICIPADAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A VITRUS - SERVIÇOS DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS – ALÍNEA A) DO N.1 E 2 DA

**CLÁUSULA 1ª, N.º 1 E N.º 2 DA CLÁUSULA 8ª E ANEXO II DO**

CONTRATO – Presente a seguinte proposta: “Em 8 de abril de 2015 foi celebrado um contrato de aquisição de serviços (in house) entre o Município de Guimarães e a VITRUS Ambiente EM SA, para execução do serviço de limpeza dos vários edifícios públicos. Assim, e no decorrer deste tempo, verificou-se o encerramento de alguns serviços e a alteração ou criação de outros. Neste contexto, é necessário introduzir alterações àquele contrato referentes às alíneas a) do n.º 1 e 2 da cláusula 1ª, n.º 1 e n.º 2 da cláusula 8ª e anexo II do contrato, considerando os seguintes fatores: 1. Revisão da prestação do serviço geral nos edifícios da Câmara Municipal, do Arquivo Municipal e da Biblioteca Municipal, continuando a limpeza permanente dos WCs a ser assegurada pelos serviços municipais em virtude da necessidade de limpeza desses espaços em vários períodos do dia. 2. Transferência dos serviços municipais de Armazém e Oficinas (serviços de mecânica, administração direta e limpeza urbana) em Polvoreira, uma vez que a área destas novas instalações é, manifestamente, superior às anteriores. 3. Necessidade de limpeza dos sanitários e serviços de Secretaria dos cemitérios municipais, considerando a saída (por aposentação) dos trabalhadores que estavam afetos a este serviço. 4. Abertura do Welcome Centre e encerramento do posto de internet na Praça de S. Tiago. 5. Necessidade de criar uma bolsa de horas para acorrer, com oportunidade, a situações pontuais e de tempo limitado, designadamente, limpeza de espaços para realização das reuniões descentralizadas da Câmara Municipal e dos edifícios a inaugurar. 6. Aumento das horas em alguns locais onde se demonstrou que as horas praticadas eram notoriamente inferiores às necessárias. Assim, submeto à consideração superior a alteração deste contrato de acordo com as novas necessidades, conforme documento

anexo, a partir do mês de julho de 2016, possuindo proposta de cabimento n.º 2895/16. Considerando que esta alteração contratual terá efeitos em 3 anos económicos, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a seguinte repartição de encargos: -----

Classificação Económica	Repartição de encargos		
	Ano 2016 (julho – dez.)	Ano 2017 (jan. a dez.)	Ano 2018 (jan. a fev.)
05020202	€74.129,94	€148.259,89	€24.709,98

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE NOVO FISCAL ÚNICO ATÉ FINAL DO MANDATO 2013-2017 – Presente, para aprovação, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua e do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a designação da Sociedade “Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda” para o cargo de Fiscal Único, na sequência do pedido de rescisão da Sociedade “Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.” para o período em falta do mandato dos órgãos sociais iniciado em 18 de outubro de 2013. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo o Vice-Presidente da Câmara assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR

Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados

com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa C.S.M. – LAVANDARIA INDUSTRIAL, LDA apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 77%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa C.S.M. – LAVANDARIA INDUSTRIAL, LDA, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para



ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda, o transporte, em autocarro, dos alunos a uma visita de estudo a Barcelos – ETA de Areias de Vilar, no passado dia 26 de abril.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou ao Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda, o transporte, em autocarro, dos alunos a uma visita de estudo a Vila do Conde – Exposição temporária “Faz da mudança a tua praia”, no passado dia 27 de abril. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CULTURA - ACADEMIA DE MÚSICA VALENTIM MOREIRA DE SÁ – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte

proposta: “Vem a Academia de Música Valentim Moreira de Sá solicitar a atribuição de um subsídio que lhe permita fazer face aos encargos de transporte do Grupo Coral Vilancico a Lugo, no quadro de um intercâmbio com o Grupo Coral Solovoces, tendo a referida deslocação ocorrido nos passados dias 23 e 24 de abril. Assim, atendendo ao interesse de que se reveste o apoio à circulação internacional deste grupo coral sediado em Guimarães, proponho a atribuição, à Academia de Música Valentim Moreira de Sá, de um subsídio de €400,68, destinado a suportar os encargos de transporte do Grupo Coral Vilancico a Lugo, em 23 e 24 de abril de 2016.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS DE GUIMARÃES - UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DO COMPLEXO MULTIFUNCIONAL DE COUROS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– O Presidente da Câmara informou que este assunto iria ser retirado da ordem de trabalhos uma vez que a Associação adiou a

realização do evento em causa. -----

CULTURA - UTILIZAÇÃO DO CCVF PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (APESB) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “Responsável pela organização 17º Encontro de Engenharia Ambiental, a realizar em Guimarães de 14 a 16 de setembro próximo, vem a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) solicitar a cedência de diversos espaços do Centro Cultural Vila Flor (Grande Auditório e 4 salas do Palácio Vila Flor) com vista à realização do referido Encontro, sob o tema “A Engenharia Ambiental nas Cidades do Futuro”. Assim, atendendo ao relevante interesse de que se reveste a realização do referido Encontro em Guimarães, proponho a atribuição, à Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), de um subsídio de €1.992,60, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização dos espaços Centro Cultural Vila Flor identificados, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – TECMINHO - UTILIZAÇÃO DO CENTRO CCULTURAL VILA FLOR - 11TH OPENFOAM WORKSHOP

– Presente a seguinte proposta: “Iniciado em 2006, o OpenFOAM® Workshop atrai anualmente a participação de um vasto número de usuários e investigadores da tecnologia OpenFOAM, tanto da indústria como das diversas academias. Encarregue da organização do 11º OpenFOAM Workshop, a realizar em Guimarães de 27 a 30 de junho próximos, vem a TECMINHO solicitar a utilização integral do Centro Cultural Vila Flor com vista à realização do referido encontro. Assim, atendendo ao relevante interesse de que se reveste a realização do referido evento em Guimarães, proponho a



atribuição, à TECMINHO, de um subsídio de €6.580,50, destinado a suportar 50% dos custos de utilização do Centro Cultural Vila Flor, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas Municipais em vigor.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**CULTURA – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES
- UTILIZAÇÃO DO PEQUENO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR - II JORNADAS DOS PRESTADORES DE CUIDADOS CONTINUADOS DO ALTO AVE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “Vem a Santa Casa da

Misericórdia de Guimarães solicitar a cedência do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor com vista à realização das II Jornadas dos Prestadores de Cuidados Continuados do Alto Ave, a realizar no próximo dia 25 de maio de 2016. Assim, atendendo ao interesse de que se reveste a realização das referidas Jornadas em Guimarães, proponho a atribuição, à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, de um subsídio de €984,00, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor identificados, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - UNIÃO DESPORTIVA DE POLVOREIRA – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DAS BANCADAS DO RECINTO DESPORTIVO E ADAPTAÇÃO DE UM ANEXO PARA SALA DE FORMAÇÃO –

Presente a seguinte proposta: “A União Desportiva de Polvoreira solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão das obras de construção das bancadas no seu recinto desportivo e adaptação de um anexo para sala de formação. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €17.464,03, sendo que

€9.347,53 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio a conceder através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €17.464,03, do qual €9.347,53 corresponde à despesa de aquisição dos materiais. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RELATÓRIO E CONTAS - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2015 - MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, em anexo, o Relatório de Consolidação de Contas do Município de Guimarães, relativo ao ano de 2015, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 11 - Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE MAIO DE 2016

**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**